

PIERRE BOURDIEU E A NOÇÃO DE LIDERANÇA POLÍTICA

Raquel Brum Fernandes

A intensidade com que se focaliza a figura do rei e o estabelecimento óbvio de um culto, às vezes até mesmo de uma religião, ao seu redor, tornam o caráter simbólico da dominação demasiado palpável e, portanto, impossível de ser ignorado mesmo por seguidores de Hobbes ou pelos utilitaristas. A visibilidade é tanta, que acaba deixando a descoberto aquela verdade que todo o misticismo cerimonial da corte deveria supostamente esconder- **ou seja, que a majestade não é inata, e sim construída.** “Uma mulher não é uma duquesa se está a cem jardas de uma carruagem.” Chefes transformam-se em rajás, pela aparência estética de seu governo. (GEERTZ, Clifford. 1997, p.187. grifo meu)

Esse trecho, ao falar dos reis como figuras de grande destaque, revela um característica importante de ser ressaltada em relação a outras posições de representação de coletividades: sua construção social. Mas como são construídas essas noções de representantes? O que capacita a fala desses porta-vozes? Sabemos que em alguns casos a condição de membro, o “ eu vivi portanto posso falar” legitima o papel. Já em outros é o distanciamento do grupo que permite a caracterização do porta-voz como tal. Pierre Bourdieu foi um dos autores que se dedicou a discorrer sobre esse tema. O presente trabalho visa apresentar algumas noções do autor defendidas em seus textos *La délégation et le fétichisme politique* e *A representação política. Elementos para uma teoria do campo político.*

Bourdieu elabora o desafio de desenvolver a conexão entre grupo e indivíduo representante. Ele destaca a importância de reflexão sobre o poder que os líderes políticos têm de agir e de falar em nome de muitos. Antes, porém, é importante revisar algumas noções da teoria desse autor desenvolvidas em outros textos, a fim de compreender melhor onde sua análise da liderança política se localiza. Sabemos que o autor concebe que ação social não pode ser diretamente apreendida nem dos estímulos específicos de uma situação, nem das condições sociais de produção de seu princípio gerador, mas somente da relação entre esses dois sistemas. Relação essa que seria operada pelo “habitus” (uma noção importante nessa literatura), o qual seria depositado nos sujeitos desde sua educação inicial, gerando e sendo gerado por práticas e obras afinadas entre os membros de uma mesma classe, já que essas práticas e obras seriam produtos de um domínio de códigos em comum. Falei em afinação de práticas de uma mesma classe porque o “habitus” se revela como princípio de distinção. Como organizador de percepções de mundo, ele é também produto da divisão social em classes. O autor afirma que a distinção (ou a existência de



classes) só existe em razão das lutas por apropriação dos códigos distintivos (BOURDIEU, 1979). Tanto que Bourdieu conclui que:

Considerando o “habitus” como sistema subjetivo mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção e de ação, que são comuns a todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe e constituem a condição de toda objetivação e de toda a percepção, fundamos então a concertação objetiva das práticas e unicidade da visão do mundo sobre a impessoalidade e a substituibilidade perfeita das práticas e das visões singulares. (BOURDIEU, 1983 p.79 e 80)

A partir de tudo isso fica claro que a sociedade compreendida por Bourdieu é dividida entre grupos dominantes e grupos dominados. O autor diz então que nos grupos dominados, o ato de delegar poder consistiria na personificação do grupo como tal, pois, através da pessoa do líder o conjunto de indivíduos antes disperso passa a configurar um corpo social. Essa delegação traria em potencial um processo de usurpação por parte do chefe político. Usurpação esta aparentemente modesta no que traz em sua fala a idéia de que o líder não é nada que não o grupo. Sua vontade é simplesmente a vontade coletiva. Nessa usurpação dissimulada estaria justamente outra noção cara a este autor, a de “poder simbólico”. Afinal “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1998, p.7 e 8). Através desse poder o líder obtém a capacidade de exercer sobre todos os demais membros do grupo uma violência simbólica (na medida em que também é dissimulada) pois não se apresentaria aos indivíduos não estarem sujeitos a própria expressão máxima da coletividade e sua identidade. Bourdieu fala de efeito de oráculo, que seria justamente a possibilidade de falar em nome do grupo e envolveria essa aparente abnegação em prol da função desempenhada, ele diz que: “É se anulando completamente em benefício de Deus e do povo é que o sacerdote se faz Deus ou o povo¹” (BOURDIEU, 1983, p. 52). Dessa maneira o líder deve generalizar seu interesse próprio a fim de fazê-lo passar como interesse coletivo, e para isso um conjunto de técnicas de oratória, de construção textual e de aparência são empregadas. Vale ressaltar que o sucesso do líder está associado ao seu conhecimento das condições do jogo, ele precisa saber como dirigir as assembleias e como evitar o confronto com seus liderados ao demonstrar devoção e sacrifício em nome da causa. Previsões e idéias em geral ganham força quando proferidas por alguém que possui reconhecimento, poder simbólico, suas palavras são capazes de mobilizar ou desanimar o grupo.

¹ Tradução minha



O autor defende que aquilo que é passível de ser pensado e falado politicamente é limitado pelas leis que regulam o campo da política. É importante aqui introduzir outro conceito de grande valor : a noção de “campo”. Este seria justamente a conjuntura de relações entre as posições desempenhadas pelos agentes, de acordo com suas colocações nas distribuições e lutas de poder (diferentes tipos), sendo a existência dessas relações independente da consciência e intenção individual (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Aqueles que não possuem o conhecimento peculiar, ou capital cultural que aqui se torna capital político, aos jogos realizados a esse campo, estão cada vez mais fadados a delegar representantes aparentemente aptos (ou profissionalizados) à realização da chefia política. Por isso Bourdieu ressalta a concentração dos meios de produção políticos também na mão de alguns poucos, ou seja, a distinção realizada pelo “habitus” político. Adquirido ele também através de educação específica e preparação para o desempenho das funções, ele destaca ainda que o campo da produção ideológica tem se institucionalizado gerando uma complexificação das exigências para a entrada no campo e das leis que o regulam. Quanto a preparação dos integrantes do campo político o autor diz que: “ Previsíveis, portanto responsáveis, no sentido do inglês *responsible*, quer dizer, competentes, sérios, dignos de confiança, em suma, prontos a desempenhar com constância e sem surpresas e nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço de jogo.”(BORDIEU, 1998, p. 172. Grifo do autor). O campo político então, é composto por sujeitos iniciados, ligados entre si, a fim de perpetuar sua posição no jogo. Os grupos representados, ou clientes destes políticos só seriam beneficiados, segundo o autor, quando sua posição no campo social coincide com a posição de seus líderes no campo político. Ou seja, quando em meio a concorrência do jogo político isso se torna quase que casualmente, interessante para os dominantes. Ele defende que as classes mais desprivilegiadas só poderiam alcançar a representação política quando se configurassem como arma para a disputa entre os grupos liderantes.

A partir dessas considerações podemos concluir que o projeto de “representantes” é carregado de expectativas. O autor destaca que essas expectativas estão constantemente sendo testadas e o líder está sempre correndo o risco de perder a confiança de seus dominados. Como o capital político depende da crença dos outros a posição de quem o possui é vulnerável a suspeitas e ameaças. Quanto ao capital político, o autor os divide entre aqueles que são pessoais e os que são recebidos por delegação e entre os que são adquiridos com o tempo e os de efeito heróico, instantâneo. O capital recebido seria típico



de uma posição, de um cargo, transmitido através de um ato de investidura. Já o capital pessoal poderia ser adquirido através de anos de estudo e preparo ou carismático, onde o chefe político legitima a ele mesmo através de suas características próprias.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *La Délégation ET Le fetichisme politique*. Actes de La Recherche em Sciences Sociales. N. 52-53.

_____. *La distinction*. Lês éditions de minuit. Paris: 1979.

_____. *O Poder Simbólico*. São Paulo:Bertrand Brasil, 1998.

_____. WACQUANT, Loïc J. D. *Réponses; pour une anthropologie réflexive*. Seuil: 1992.

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.